

# Austral Seguradora S.A.

**Demonstrações financeiras  
intermediárias em  
30 de junho de 2019**

## Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019

### Índice

Relatório da Administração da Austral Seguradora S.A. ....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias .....	3
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado .....	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstrações do fluxo de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	13
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria .....	68

## Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos. Atualmente, a Companhia opera nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais, compreensivo empresarial, responsabilidade civil, riscos de petróleo e riscos marítimos.

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Companhia tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras na transferência de risco tanto para seus clientes quanto para seus parceiros.

Os prêmios emitidos pela Companhia, desconsiderando a operação de DPVAT, cresceram 25,5%, alcançando o patamar de R\$ 187 milhões em 2019, frente a R\$ 149 milhões no primeiro semestre de 2018. Esse crescimento está em consonância com as métricas de desempenho projetadas internamente, demonstrando o sucesso das estratégias estabelecidas pela Companhia.

É preciso destacar o crescimento de 43,6% no segmento de riscos de petróleo em relação ao mesmo período de 2018, firmando a Companhia como um dos players mais relevantes e reconhecidos nesse mercado. Esse contínuo crescimento foi reflexo do maior volume de novos negócios do setor e de uma estratégia focada em inovação, agilidade e eficiência operacional.

Outro aspecto que merece ser enfatizado é a evolução da operação de riscos marítimos da Companhia com um crescimento considerável de 21,3% em 2019 quando comparado com o mesmo período de 2018. Esse resultado foi fruto de um esforço e reconhecimento do trabalho da Companhia para expansão dessa linha de negócio.

A Companhia está consolidada como player de referência nos segmentos de riscos corporativos, confirmando a confiança de seus clientes pela sua capacidade técnica e diferenciação na prestação de serviços.

Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma proporção estável em relação aos prêmios emitidos de 5,3% no primeiro semestre de 2019 frente a 5,8% no primeiro semestre de 2018. Essa linearidade reflete um forte controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos.

É objetivo da Companhia priorizar o investimento na qualidade dos serviços e produtos oferecidos. Assim, é preciso investir em tecnologia e processos para ter um desenvolvimento estruturado, garantindo a continuidade do retorno de suas carteiras, estando sempre atenta ao alinhamento com a política de gestão de riscos definida pela Companhia.

O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho no semestre findo em 30 de junho de 2019, tendo atingido R\$ 16,9 milhões (R\$ 9,9 em 30 de junho de 2018).

## **Relatório da Administração--Continuação**

Ressaltamos que a Companhia vem obtendo bons resultados financeiros seguindo uma política conservadora de investimentos.

A política de investimentos adotada pela Companhia observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos, tendo garantido a capacidade financeira de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores. A Companhia possui seus títulos nas categorias “títulos para negociação” e “disponível para venda”, conforme explicitado nas demonstrações financeiras, e não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria “mantido até o vencimento”.

Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 15,1 milhões no primeiro semestre de 2019 (R\$ 9,6 milhões em 30 de junho de 2018). O patrimônio líquido apurado foi de R\$ 167,2 milhões (R\$ 152,2 milhões em 30 de junho de 2018) e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,4 bilhões no primeiro semestre de 2019 (R\$1,3 bilhões em 30 de junho de 2018).

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Por fim, a Companhia agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019.

Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da  
Austral Seguradora S.A.  
Rio de Janeiro – RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Seguradora S.A. ("Austral"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral seguradora S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Austral, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos – Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações financeiras intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 27 de fevereiro de 2019 e 30 de agosto de 2018, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Austral é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Austral continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Austral ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Austral são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Austral.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Austral. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Austral a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balanço patrimonial  
30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

	30/06/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.044.865</b>	<b>993.373</b>
<b>Disponível</b>	<b>15.610</b>	<b>7.181</b>
Caixa	1	3
Bancos	15.609	7.179
<b>Aplicações (Nota 6)</b>	<b>286.804</b>	<b>281.377</b>
Títulos de renda fixa - públicos	136.921	144.752
Quotas de fundos de investimentos	47.777	40.089
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	95.056	86.839
Aplicações no exterior	7.050	9.697
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>178.548</b>	<b>115.509</b>
Prêmios a receber (Nota 8)	162.375	105.977
Operações com seguradoras	8.102	5.443
Operações com resseguradoras	8.071	4.089
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>4.481</b>	<b>1.561</b>
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16)</b>	<b>515.102</b>	<b>549.491</b>
Prêmio de resseguro diferido	148.382	206.870
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (Nota 17)	54.394	49.049
Provisão despesa relacionada	17.009	4.768
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17)	295.317	288.804
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 10)</b>	<b>13.658</b>	<b>13.276</b>
Ressarcimento a receber (Nota 10)	9.270	9.270
Créditos a receber	26	17
Créditos tributários (Nota 10)	4.108	3.904
Outros créditos	254	85
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>11</b>	<b>76</b>
Despesas administrativas	11	76
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 11)</b>	<b>30.651</b>	<b>24.902</b>
Comissões diferidas - seguro	27.416	22.216
Comissões diferidas - cosseguro	3.235	2.686
<b>Não circulante</b>	<b>351.662</b>	<b>344.404</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>345.599</b>	<b>338.526</b>
<b>Aplicações (Nota 6)</b>	<b>77.963</b>	<b>61.481</b>
Títulos de renda fixa - públicos	48.716	42.849
Aplicação no exterior	29.247	18.632
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>86.425</b>	<b>83.388</b>
Prêmios a receber (Nota 8)	86.425	83.388
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16)</b>	<b>140.189</b>	<b>156.469</b>
Prêmio de resseguro diferido	135.496	130.082
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17)	4.232	25.399
Provisão de despesas relacionadas	461	988
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 10)</b>	<b>-</b>	<b>349</b>
Créditos tributários e previdenciários	-	349
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 11)</b>	<b>41.022</b>	<b>36.839</b>
Comissões diferidas - seguro	36.030	32.360
Comissões diferidas - cosseguro	4.992	4.479
<b>Imobilizado (Nota 12)</b>	<b>2.780</b>	<b>2.770</b>
Bens móveis	1.163	1.028
Outras imobilizações	1.617	1.742
<b>Intangível (Nota 13)</b>	<b>3.283</b>	<b>3.108</b>
Outros intangíveis	3.283	3.108
<b>Total do ativo</b>	<b>1.396.527</b>	<b>1.337.777</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Balço patrimonial  
30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>904.390</b>	<b>865.964</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>6.773</b>	<b>16.402</b>
Obrigações a pagar	592	11.712
Impostos e encargos sociais a recolher	4.675	3.381
Encargos trabalhistas	1.167	878
Impostos e contribuições	339	431
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>185.708</b>	<b>124.619</b>
Prêmios a restituir	10.397	1.056
Operações com seguradoras	7.806	3.212
Operações com resseguradoras (Nota 14)	139.168	100.293
Corretores de seguros e resseguros	27.756	19.739
Outros débitos operacionais	581	319
<b>Depósitos de terceiros (Nota 15)</b>	<b>9.169</b>	<b>5.681</b>
Depósitos de terceiros (Nota 15)	9.169	5.681
<b>Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 16)</b>	<b>702.740</b>	<b>719.262</b>
Provisão de prêmios não ganhos	228.219	277.907
Provisão de sinistros a liquidar	314.057	306.895
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	141.621	128.889
Provisão de despesas relacionadas	17.551	5.211
Outras provisões	1.292	360
<b>Não circulante</b>	<b>324.984</b>	<b>319.582</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>3.025</b>	<b>-</b>
Tributos diferidos	3.025	-
<b>Débito das operações com seguros e resseguros</b>	<b>73.036</b>	<b>68.347</b>
Operações com seguradoras	5.473	6.319
Operações com resseguradoras (Nota 14)	51.676	47.476
Corretores de seguros e resseguros	15.887	14.552
<b>Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 16)</b>	<b>248.913</b>	<b>251.225</b>
Provisão de prêmios não ganhos	234.333	214.423
Provisão de sinistro a liquidar	13.924	35.651
Provisão de despesas relacionadas	656	1.151
<b>Outros débitos</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
Processos administrativos	10	10
<b>Patrimônio líquido (Nota 18)</b>	<b>167.153</b>	<b>152.231</b>
Capital social	79.227	69.821
Aumento capital social em aprovação	-	9.406
Reserva de capital (Nota 22)	2.020	2.020
Reserva de lucros	68.821	69.821
Ajuste com títulos e valores mobiliários	2.002	1.163
Lucro líquido no semestre	15.083	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.396.527</b>	<b>1.337.777</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Prêmios emitidos	194.194	163.429
Variações das provisões técnicas de prêmios	26.534	(13.508)
<b>Prêmios ganhos (Nota 23.a)</b>	<b>220.728</b>	<b>149.921</b>
Receita com emissão de apólices DPVAT	1.852	1.622
Sinistros ocorridos (Nota 23.b)	(109.006)	(188.704)
Custos de aquisição (Nota 23.c)	(14.866)	(13.916)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.e)	(1.257)	(1.108)
Resultado com resseguro (Nota 23.d)	(74.396)	74.836
Despesas administrativas (Nota 23.f)	(10.346)	(9.500)
Despesas com tributos (Nota 23.g)	(3.725)	(3.268)
Resultado financeiro (Nota 23.h)	16.919	9.981
<b>(=) Resultado operacional</b>	<b>25.903</b>	<b>19.864</b>
<b>Ganho ou perda com ativos não correntes</b>	<b>(67)</b>	<b>(5)</b>
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>25.836</b>	<b>19.859</b>
Imposto de renda (Nota 19)	(6.240)	(4.191)
Contribuição social (Nota 19)	(3.761)	(3.324)
Participações sobre o lucro	(752)	(2.751)
<b>(=) Lucro líquido do semestre</b>	<b>15.083</b>	<b>9.593</b>
Quantidade de ações	60.063.361	56.566.347
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,25	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado abrangente  
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>15.083</b>	<b>9.593</b>
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	1.398	(2.223)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(559)	1.000
<b>Outros resultados abrangentes do semestre</b>	<b>839</b>	<b>(1.223)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do semestre</b>	<b>15.922</b>	<b>8.370</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros							Total
	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63.837</b>	<b>5.984</b>	<b>1.938</b>	<b>4.447</b>	<b>61.706</b>	<b>221</b>	<b>-</b>	<b>138.133</b>
Aprovação do aumento capital social (Nota 18a)	5.984	(5.984)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	9.593	9.593
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(1.223)	-	(1.223)
Incentivo baseado em ações (Nota 22)	-	-	125	-	-	-	-	47
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>69.821</b>	<b>-</b>	<b>1.985</b>	<b>4.447</b>	<b>61.706</b>	<b>(1.002)</b>	<b>9.593</b>	<b>146.550</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>69.821</b>	<b>9.406</b>	<b>2.020</b>	<b>5.560</b>	<b>64.261</b>	<b>1.163</b>	<b>-</b>	<b>152.231</b>
Aprovação do aumento de capital (Nota 18a)	9.406	(9.406)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	15.083	15.083
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	839	-	839
Dividendos intermediários (Nota 18c)	-	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>79.227</b>	<b>-</b>	<b>2.020</b>	<b>5.560</b>	<b>63.261</b>	<b>2.002</b>	<b>15.083</b>	<b>167.153</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto  
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>15.083</b>	<b>9.593</b>
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	778	711
Incentivo baseado em ações	-	47
Perda por redução ao valor recuperável	183	142
	<b>16.044</b>	<b>10.493</b>
<b>Variações nas contas patrimoniais</b>		
Ativos financeiros	(21.070)	(41.460)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(58.359)	11.293
Ativos de resseguros - provisões técnicas	50.669	(180.336)
Ativos fiscais diferidos	3.374	832
Títulos e créditos a receber	(9.652)	1.981
Depósito de terceiros	3.488	4.932
Custos de aquisição diferidos	(9.932)	(6.821)
Despesa antecipada	65	-
Impostos e contribuições	8.550	8.808
Débitos de operações com seguros e resseguros	64.309	(3.327)
Obrigações a pagar	(3.011)	(4.442)
Provisões técnicas de seguros e resseguros	(18.834)	220.408
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>25.641</b>	<b>22.361</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.348)	(5.984)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>18.293</b>	<b>16.377</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Baixa de imobilizado	(284)	(75)
Aquisição de intangível	(762)	(846)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(1.046)</b>	<b>(921)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(8.820)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(8.820)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.429</b>	<b>15.456</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	7.181	7.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	15.610	22.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de seguros e cosseguros nos ramos de danos, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010, com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência do controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado.

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras Intermediárias

### a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

### b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, como “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pela Administração da Companhia em 29 de agosto de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

### c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do semestre.

### d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; e
- Recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

### d) Base para mensuração-Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação conforme comentado na Nota 4.

## 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

### a) Disponível

Inclui o caixa e os saldos positivos em contas correntes, apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

##### I) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

##### II) Títulos disponíveis para venda

A Companhia classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

##### III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado, sendo classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo e caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa.

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Ramos	30 de junho de 2019		30 de junho de 2018	
	Prazo médio de vigência		Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses	Em dias	Em meses
Lucros cessantes	366	12	397	13
Riscos de engenharia	610	20	488	16
Compreensivo empresarial	336	11	366	12
Riscos nomeados operacionais	397	13	366	12
Riscos de petróleo	458	15	488	16
Responsabilidade civil geral	458	15	397	13
Fiança locatícia	397	13	397	13
Garantia segurado - setor público	1.342	44	1.312	43
Garantia segurado - setor privado	702	23	610	20
Marítimos - casco	366	12	366	12

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro--Continuação

As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão a base de cessão do mesmo.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No semestre findo em 30 de junho de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Companhia.

#### e) Passivos de seguro

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão sendo calculadas e apresentadas

### **3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### e) Passivos de seguro--Continuação

de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e já emitidos - PPNG – RVE é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Já a parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é estimada por metodologia própria que tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da Companhia. Esse fator de atraso é aplicado sobre a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e já emitidos, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Companhia trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

Esse critério de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de despesa administrativa do DPVAT

Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A provisão de sinistros a liquidar inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, quando pertinente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### e) Passivos de seguro--Continuação

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Companhia estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contra garantia.

A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. A Companhia não dispõe de um histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação de método que utilize sua base de sinistros própria. Dessa forma, a Companhia recorre às informações públicas disponibilizadas no Sistema de Estatísticas da Superintendência de Seguros Privados - SES, analisando as empresas com operações semelhantes, para definir um percentual de aplicação padrão por linha de negócio a ser aplicado no prêmio base dos últimos doze meses. Ressalta-se que a Companhia deve observar os percentuais apurados de forma a utilizá-los e ajustá-los de acordo com as variações e/ou discrepâncias em relação ao acompanhamento realizado internamente, via testes de consistência. Uma vez que a Companhia passe a apresentar uma base de dados madura que permita o cálculo estatístico da provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR, essa passará a utilizar metodologia estatística própria.

Além do montante apurado acima, o valor final de provisão de sinistros ocorridos e não avisados pode ser acrescido de uma parcela adicional advinda da expectativa de sinistro das operações de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas à Companhia que ainda não foram caracterizadas como sinistros.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Companhia Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### Provisão de despesas relacionadas - PDR--Continuação

A Companhia registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e de expectativas de sinistros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, a Companhia utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas a ser aplicado aos sinistros pendentes na provisão de sinistro a liquidar e sinistros estimados em provisão de sinistros ocorridos e não avisados.

f) Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

g) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### i) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

#### j) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

#### k) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### k) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

A Companhia inicialmente avalia se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, riscos de inadimplência entre outros fatores, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

#### l) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do semestre findo em 30 de junho de 2019 e de exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A alíquota utilizada para o cálculo da contribuição social em 2018 foi de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

m) Teste de adequação de passivo - TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

As operações relativas ao seguro do ramo DPVAT não são escopo desse teste.

O teste de adequação de passivo foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida.

A Companhia apresenta fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA, disponibilizada no site da SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A premissa de sinistralidade utilizada para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes da Companhia na data base do estudo tem como base uma análise criteriosa da carteira da Companhia, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. Foi projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término do *run-off*.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### m) Teste de adequação de passivo – TAP--Continuação

Os testes de adequação de passivo no semestre findo em 30 de junho de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas bases, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

#### n) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

#### o) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

o) Apuração do resultado--Continuação

ganhos. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

p) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do semestre.

q) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo à ação (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

r) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O CPC nº 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- r) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente--Continuação

O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) - “*Leasing*” estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

#### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos, provisão de sinistros a liquidar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados e provisão de despesas relacionadas.

As provisões técnicas da Companhia são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio da Companhia, conforme instruções determinadas na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização desses ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão das estimativas de vida útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

#### **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

--Continuação

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2019 e 2018, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

#### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

##### e) Provisões para contingências--Continuação

Em 30 de junho de 2019, e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial.

30 de junho de 2019			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	1	781	781
Possível	2	6.522	1.304
Remoto	16	86.509	3.850
<b>Total</b>		<b>93.812</b>	<b>5.935</b>

31 de dezembro de 2018			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	1	761	761
Possível	2	5.233	1.048
Remoto	16	187.935	26.260
<b>Total</b>		<b>193.929</b>	<b>28.069</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

A Companhia adota a definição da Superintendência de Seguros Privado - SUSEP a qual diz que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no COSO - ERM cujas etapas de avaliação da governança e cultura de risco, avaliação de riscos, atividades de controle, informação, comunicação, e monitoramento contínuo são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, da IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e a governança de todo o processo de gestão de risco.

### a) Risco de seguro

O principal risco para a Companhia nos contratos de seguro é que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Companhia utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

A Companhia adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

### a) Risco de seguro--Continuação

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

#### Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30 de junho de 2019

<u>Ramo / Região geográfica</u>	<u>Centro Oeste</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Total</u>
DPVAT	636	1.382	392	3.729	1.014	7.153
Garantia	802	12.635	3.474	77.648	13.652	108.211
Fiança locatícia	-	25	4	269	-	298
Risco de engenharia	8.692	6	-	(97)	-	8.601
Responsabilidade civil geral	1	-	-	2	-	3
Risco de petróleo	-	124	-	33.482	-	33.606
Lucros cessantes	-	-	-	9.533	-	9.533
Riscos nomeados operacionais	-	-	84	(61)	-	23
Compreensivo empresarial	-	-	-	755	-	755
Marítimos - cascos	20	334	92	25.478	87	26.011
<b>Total</b>	<b>10.151</b>	<b>14.506</b>	<b>4.046</b>	<b>150.738</b>	<b>14.753</b>	<b>194.194</b>

#### Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30 de junho de 2018

<u>Ramo / Região geográfica</u>	<u>Centro Oeste</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Total</u>
DPVAT	1.142	2.510	661	7.319	2.803	14.435
Garantia	4.724	2.600	294	81.666	1.185	90.469
Fiança locatícia	-	7	7	275	-	289
Risco de engenharia	-	13	-	614	-	627
Responsabilidade civil geral	-	1	-	190	-	191
Risco de petróleo	-	657	-	22.753	-	23.410
Lucros cessantes	-	-	-	8.497	-	8.497
Riscos nomeados operacionais	1.069	-	-	2.845	-	3.914
Compreensivo empresarial	-	-	-	146	-	146
Marítimos - cascos	-	74	230	21.084	63	21.451
<b>Total</b>	<b>6.935</b>	<b>5.862</b>	<b>1.192</b>	<b>145.389</b>	<b>4.051</b>	<b>163.429</b>

#### Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30 de junho de 2019

<u>Ramo / Região geográfica</u>	<u>Centro Oeste</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Total</u>
DPVAT	636	1.382	392	3.729	1.014	7.153
Garantia	473	6.899	1.900	35.603	7.335	52.210
Fiança locatícia	-	14	2	116	-	132
Risco de engenharia	472	3	-	(249)	-	226
Responsabilidade civil geral	-	-	-	2	-	2
Risco de petróleo	-	15	-	4.299	-	4.314
Lucros cessantes	-	-	-	1.045	-	1.045
Riscos nomeados operacionais	-	-	16	(468)	-	(452)
Compreensivo empresarial	-	-	-	226	-	226
Marítimos - cascos	8	145	47	3.869	56	4.125
<b>Total</b>	<b>1.589</b>	<b>8.458</b>	<b>2.357</b>	<b>48.172</b>	<b>8.405</b>	<b>68.981</b>

#### Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30 de junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

<u>Ramo / Região geográfica</u>	<u>Centro Oeste</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Total</u>
DPVAT	1.142	2.510	661	7.319	2.803	14.435
Garantia	2.590	1.400	165	38.686	652	43.493
Fiança locatícia	-	4	4	138	-	146
Risco de engenharia	-	6	-	251	-	257
Responsabilidade civil geral	-	-	-	85	-	85
Risco de petróleo	-	83	-	2.389	-	2.472
Lucros cessantes	-	-	-	1.286	-	1.286
Riscos nomeados operacionais	309	-	(4)	606	-	911
Compreensivo empresarial	-	-	-	55	-	55
Marítimos - cascos	-	35	92	2.921	49	3.097
<b>Total</b>	<b>4.041</b>	<b>4.038</b>	<b>918</b>	<b>53.736</b>	<b>3.504</b>	<b>66.237</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

### b) Riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Companhia em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Companhia possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses seguintes.

### c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em ratings determinados por agências classificadoras de riscos.

A Companhia possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais. Para os resseguradores admitidos e eventuais os ratings mínimos segundo as agências classificadoras são: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (B++).

Adicionalmente, a Companhia possui uma exposição de R\$8.102 (R\$5.443 em 31 de dezembro de 2018) em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

### d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

### d) Risco de mercado--Continuação

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VAR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Em paralelo a esse controle, a Companhia calcula o capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

### e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 62,4% (63,7% em 31 de dezembro de 2018) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 25% (24,8% em 31 de dezembro de 2018) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 12% (10,8% em 31 de dezembro de 2018) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e apenas 0,6% da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

### e) Risco de liquidez--Continuação

<u>Ativos e passivos</u>	30 de junho de 2019			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	15.610	-	-	15.610
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	277.473	2.281	-	279.754
Ativos financeiros disponíveis para venda	85.013	-	-	85.013
Crédito das operações de seguros e resseguros	178.548	39.861	46.564	264.973
Outros créditos operacionais	4.481	-	-	4.481
Títulos e créditos a receber	13.658	-	-	13.658
<b>Total de ativos</b>	<b>574.783</b>	<b>42.142</b>	<b>46.564</b>	<b>663.489</b>
Contas a pagar	6.773	3.025	-	9.798
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	187.638	78.904	29.820	296.362
Débito das operações de seguros e resseguros	185.708	33.717	39.319	258.744
Depósitos de terceiros	9.169	-	-	9.169
<b>Total de passivos</b>	<b>389.288</b>	<b>115.646</b>	<b>69.139</b>	<b>574.073</b>

<u>Ativos e passivos</u>	31 de dezembro de 2018			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	7.181	-	-	7.181
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	269.240	2.440	-	271.680
Ativos financeiros disponíveis para venda	71.178	-	-	71.178
Crédito das operações de seguros e resseguros	115.509	36.377	47.011	198.897
Outros créditos operacionais	10.831	-	-	10.831
Títulos e créditos a receber	4.006	349	-	4.355
<b>Total de ativos</b>	<b>477.945</b>	<b>39.166</b>	<b>47.011</b>	<b>564.122</b>
Contas a pagar	16.402	-	-	16.402
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	169.771	72.077	22.679	264.527
Débito das operações de seguros e resseguros	124.619	28.685	39.662	192.966
Depósitos de terceiros	5.681	-	-	5.681
<b>Total de passivos</b>	<b>316.473</b>	<b>100.762</b>	<b>62.341</b>	<b>479.576</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

### f) Testes de sensibilidade

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk - VAR* paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,16% do patrimônio da carteira ou 0,22% com nível de confiança de 99%. A Companhia também considera, em sua análise, o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, conforme descrito abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA, inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+100 bps <sup>(*)</sup>	(4.070)	Inflação	-100 bps <sup>(*)</sup>	4.070
Câmbio	+5%	2.390	Câmbio	-5%	(2.239)
<b>Total</b>		<b>(1.680)</b>	<b>Total</b>		<b>1.680</b>

(\*) bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(\*\*) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

### f) Testes de sensibilidade--Continuação

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade para a sinistralidade, adotou-se um percentual de agravamento de 10% na sinistralidade ocorrida, tendo como limitador mínimo para este teste uma sinistralidade ocorrida de 10%. Os valores utilizados são brutos das operações de cosseguro aceito, líquidos das operações de cosseguro cedido e desconsideram a operação de DPVAT. Dessa forma, pode-se calcular o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação da Companhia:

30 de junho de 2019			
<u>Ramos</u>	<u>Sinistralidade agravada</u>	<u>Variação de sinistro ocorrido, bruto de resseguro</u>	<u>Variação de sinistro ocorrido, líquido de resseguro</u>
Lucros cessantes	191,92%	826	13
Compreensivo empresarial	10,00%	7	2
Riscos de engenharia	116,83%	531	6
Riscos nomeados operacionais	82,24%	87	134
Riscos de petróleo	10,00%	42.556	946
Responsabilidade civil geral	82,97%	9	37
Fiança locatícia	14,39%	2	1
Garantia segurado - setor público	11,84%	730	143
Garantia segurado - setor privado	8.062,44%	10.586	61
Marítimos - casco	50,83%	672	14
<b>Total</b>		<b>56.006</b>	<b>1.357</b>

30 de junho de 2018			
<u>Ramos</u>	<u>Sinistralidade agravada</u>	<u>Variação de sinistro ocorrido, bruto de resseguro</u>	<u>Variação de sinistro ocorrido, líquido de resseguro</u>
Lucros cessantes	116,57%	126	16
Compreensivo empresarial	10,00%	2	-
Riscos de engenharia	60,86%	307	52
Riscos nomeados operacionais	10,00%	756	21
Riscos de petróleo	181,78%	8.814	66
Responsabilidade civil geral	168,31%	42	9
Fiança locatícia	13,22%	4	1
Garantia segurado - setor público	116,58%	6.025	606
Garantia segurado - setor privado	127,33%	1.113	911
Marítimos - casco	237,18%	1.318	10
<b>Total</b>		<b>18.507</b>	<b>1.692</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

### f) Teste de sensibilidade--Continuação

O impacto sobre o patrimônio líquido da Companhia após impostos e contribuições em 30 de junho de 2019 seria uma redução no montante de R\$776 (R\$887 em 30 de junho de 2018).

## 6. Aplicações

### a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30 de junho de 2019									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	95.056	-	-	-	95.056	95.056	26%	26%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	33.933	89.774	13.214	136.921	136.934	38%	38%
Quotas de fundos de investimentos	-	47.777	-	-	-	47.777	47.777	13%	13%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Notas do tesouro nacional - NTN-B no país	IPCA	-	-	10.128	38.588	48.716	45.853	13%	13%
Certificado de depósito no exterior	2,35	-	7.050	-	-	7.050	7.050	2%	2%
Títulos públicos no exterior	4,88	-	-	4.667	-	4.667	4.622	1%	1%
Títulos privados no exterior	5,73	-	-	24.580	-	24.580	24.153	7%	7%
<b>Total</b>		<b>142.833</b>	<b>40.983</b>	<b>129.149</b>	<b>51.802</b>	<b>364.767</b>	<b>361.445</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
31 de dezembro de 2018									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	86.839	-	-	-	86.839	86.839	26%	26%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	44.798	99.253	701	144.752	144.771	42%	42%
Quotas de fundos de investimentos	-	40.089	-	-	-	40.089	40.089	12%	12%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Notas do tesouro nacional - NTN-B no país	IPCA	-	-	8.858	33.991	42.849	41.121	13%	13%
Certificado de depósito no exterior	2,30	-	9.697	-	-	9.697	9.698	3%	3%
Títulos públicos no exterior	4,76	-	-	4.652	-	4.652	4.711	1%	1%
Títulos privados no exterior	4,37	-	-	13.980	-	13.980	14.111	3%	3%
<b>Total</b>		<b>126.928</b>	<b>54.495</b>	<b>126.743</b>	<b>34.692</b>	<b>342.858</b>	<b>341.340</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 6. Aplicações--Continuação

### a) Classificação por categoria e faixa de vencimento--Continuação

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

### b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	30 de junho de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
<b>I. <u>Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u></b>						
<b>Fundos de investimento:</b>						
Quotas de fundos de investimentos	27.079	20.698	47.777	26.586	13.503	40.089
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	95.056	95.056	-	86.839	86.839
<b>Títulos de renda fixa - públicos:</b>						
Letras financeiras do tesouro - LFT	136.921	-	136.921	144.752	-	144.752
<b>II. <u>Títulos disponíveis para venda:</u></b>						
<b>Títulos de renda fixa - privados:</b>						
Certificado de depósito no exterior	-	7.050	7.050	9.697	-	9.697
Corporate bonds	24.580	-	24.580	13.980	-	13.980
<b>Títulos de renda fixa - públicos:</b>						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	48.716	-	48.716	42.849	-	42.849
Global bonds	4.667	-	4.667	4.652	-	4.652
<b>Total</b>	<b>241.963</b>	<b>122.804</b>	<b>364.767</b>	<b>242.516</b>	<b>100.342</b>	<b>342.858</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 6. Aplicações--Continuação

### c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>243.832</b>	<b>39.651</b>	<b>283.483</b>
(+) Aplicações	259.550	23.653	283.203
(-) Resgates	(247.164)	-	(247.164)
(+) Rendimentos	15.481	6.337	21.818
(+/-) Ajuste ao valor justo	(19)	1.537	1.518
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>271.680</b>	<b>71.178</b>	<b>342.858</b>
(+) Aplicações	127.474	7.931	135.405
(-) Resgates	(132.701)	(1.959)	(134.660)
(+) Rendimentos	13.299	6.465	19.764
(+/-) Ajuste ao valor justo	2	1.398	1.400
<b>Saldo final em 30 de junho de 2019</b>	<b>279.754</b>	<b>85.013</b>	<b>364.767</b>

## 7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 7. Garantia das provisões técnicas--Continuação

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão de prêmios não ganhos	462.552	492.330
Provisão de sinistros a liquidar	327.981	342.546
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	141.621	128.889
Provisão de despesas relacionadas	18.207	6.362
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	1.292	360
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>951.653</b>	<b>970.487</b>
Direitos creditórios	(214.654)	(165.442)
Custo de aquisição diferido redutores	(35.605)	(33.269)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(130.255)	(210.444)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(299.549)	(314.203)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(54.394)	(49.049)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(17.474)	(5.756)
Provisão do consórcio DPVAT	(95.046)	(86.778)
<b>Total das exclusões</b>	<b>(846.977)</b>	<b>(864.941)</b>
 <b>Total das provisões técnicas para cobertura</b>	 <b>104.676</b>	 <b>105.546</b>
 <b>Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:</b>		
Letras financeiras do tesouro - LFT	88.759	69.804
Notas do tesouro nacional - NTN-B	48.716	42.849
Quotas de fundos de investimentos	4.286	8.098
Quotas de fundo de investimento imobiliário	-	6.586
<b>Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas</b>	<b>141.761</b>	<b>127.337</b>
<b>Suficiência</b>	<b>34.202</b>	<b>21.791</b>

## 8. Crédito das operações com seguros - prêmios a receber

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prêmios a receber - circulante	162.375	105.977
Prêmios a receber - não circulante	86.425	83.388
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>248.800</b>	<b>189.365</b>
 <b>Aging de prêmios a receber:</b>		
<b>Prêmios a vencer</b>		
De 1 a 30 dias	41.419	28.556
De 31 a 60 dias	27.281	20.267
De 61 a 120 dias	20.606	19.589
De 121 a 180 dias	20.513	6.615
De 181 a 360 dias	43.527	25.401
Superior a 360 dias	86.425	83.388
<b>Total de prêmios a vencer</b>	<b>239.771</b>	<b>183.816</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

<b>Prêmios vencidos</b>		
De 1 a 30 dias	3.109	1.399
De 31 a 60 dias	1.421	1.645
De 61 a 120 dias	182	2.203
De 121 a 180 dias	1.159	1.689
De 181 a 360 dias	3.244	642
Superior a 360 dias	574	-
<b>Total de prêmios vencidos</b>	<b>9.689</b>	<b>7.578</b>
<b>Provisão para perda de valor recuperável</b>	<b>(660)</b>	<b>(2.029)</b>
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>248.800</b>	<b>189.365</b>

## 8. Crédito das operações com seguros - prêmios a receber--Continuação

<b>Movimentação dos prêmios a receber</b>		
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>189.365</b>	<b>162.158</b>
(+) Prêmios emitidos (a)	222.299	506.225
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	(1.787)	(21.737)
(+) Imposto sobre operações financeiras	6.332	22.346
(+/-) Adicional de fracionamento	-	119
(-) Recebimentos	(168.778)	(477.717)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	1.369	(2.029)
<b>Saldo final</b>	<b>248.800</b>	<b>189.365</b>

(a) Saldo inclui variação cambial e cancelamentos.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de duas vezes.

## 9. Ativos de resseguros - provisões técnicas

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ativos de resseguro da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	54.394	49.049
Ativos de resseguro da provisão de despesas relacionadas	17.470	5.757
Ativos de resseguro da provisão de sinistros a liquidar	299.549	314.203
Ativos de resseguro da provisão de prêmios não ganhos	283.878	336.951
<b>Total geral</b>	<b>655.291</b>	<b>705.960</b>
<b>Total circulante</b>	<b>515.102</b>	<b>549.491</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>140.189</b>	<b>156.469</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 10. Títulos e créditos a receber

### a) Créditos tributários

Em 30 de junho de 2019, o valor de R\$ 4.108 (R\$3.904 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a: (i) R\$1.831 (R\$2.022 em 31 de dezembro de 2018) referente a créditos tributários de Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR; (ii) R\$ 2.236 (R\$1.866 em 31 de dezembro de 2018) referente a créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$41 (R\$16 em 31 de dezembro de 2018) referente a créditos tributários de Programa de Integração social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 10. Títulos e créditos a receber--Continuação

### a) Créditos tributários--Continuação

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo, principalmente os créditos calculados sobre o saldo de provisão de sinistros a liquidar e da provisão de sinistros ocorridos e não avisados que se dará mediante o pagamento do sinistro.

### b) Ressarcimento a receber por ramo

<u>Expectativa de realização</u>	<u>Ressarcimentos</u>
Garantia	
De 331 a 360 dias	9.270
	<u>9.270</u>

	<u>06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Aging de permanência:</u></b>		
Garantia		
Superior a 360 dias	9.270	9.270
<b>Total</b>	<u>9.270</u>	<u>9.270</u>

## 11. Custos de aquisição diferidos

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>30/06/2019</u>
Garantia	22.446	3.232	-	25.678
Fiança locatícia	37	40	(14)	63
Responsabilidade civil geral	25	-	(13)	12
Riscos de engenharia	561	-	(99)	462
Riscos de petróleo	545	1.379	(75)	1.849
Riscos nomeados operacionais	137	58	(78)	117
Lucros cessantes	287	525	(279)	533
Marítimos - casco	863	1.323	(327)	1.859
Compreensivo empresarial	1	120	(43)	78
<b>Total circulante</b>	<b>24.902</b>	<b>6.677</b>	<b>(928)</b>	<b>30.651</b>
Garantia	36.431	4.597	(233)	40.795
Responsabilidade civil geral	11	-	(4)	7
Riscos de engenharia	396	-	(183)	213
Riscos de petróleo	1	319	(313)	7
<b>Total não circulante</b>	<b>36.839</b>	<b>4.916</b>	<b>(733)</b>	<b>41.022</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>61.741</b>	<b>11.593</b>	<b>(1.661)</b>	<b>71.673</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>31/12/2018</u>
Garantia	19.286	4.280	(1.120)	22.446
Fiança locatícia	69	44	(76)	37
Responsabilidade civil geral	82	10	(67)	25
Riscos de engenharia	1.573	-	(1.012)	561
Riscos de petróleo	504	877	(836)	545
Riscos nomeados operacionais	156	413	(432)	137
Lucros cessantes	22	522	(257)	287
Marítimos - casco	900	1.026	(1.063)	863
Compreensivo empresarial	-	17	(16)	1
<b>Total circulante</b>	<b>22.592</b>	<b>7.189</b>	<b>(4.879)</b>	<b>24.902</b>
Garantia	28.139	10.091	(1.799)	36.431
Fiança locatícia	14	-	(14)	-
Responsabilidade civil geral	24	-	(13)	11
Riscos de engenharia	842	-	(446)	396
Riscos de petróleo	2	187	(188)	1
Lucros cessantes	-	12	(12)	-
Marítimos - casco	-	27	(27)	-
<b>Total não circulante</b>	<b>29.021</b>	<b>10.317</b>	<b>(2.499)</b>	<b>36.839</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>51.613</b>	<b>17.506</b>	<b>(7.378)</b>	<b>61.741</b>

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos.

## 12. Imobilizado

	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Depreciação 30/06/2019</u>	
Equipamentos	20%	194	237	-	(52)	379
Instalações	10%	1.773	-	-	(122)	1.651
Móveis, máquinas e utensílios	10%	615	19	-	(54)	580
Outras imobilizações	10%	188	28	-	(46)	170
<b>Total</b>		<b>2.770</b>	<b>284</b>	<b>-</b>	<b>(274)</b>	<b>2.780</b>
	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Depreciação 31/12/2018</u>	
Equipamentos	20%	284	21	(1)	(110)	194
Instalações	10%	2.022	-	(11)	(238)	1.773
Móveis, máquinas e utensílios	10%	732	-	(8)	(109)	615
Outras imobilizações	10%	245	96	(6)	(147)	188
<b>Total</b>		<b>3.283</b>	<b>117</b>	<b>(26)</b>	<b>(604)</b>	<b>2.770</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2018	Aquisições	Amortização	30/06/2019
Direito de uso software	20%	3.108	762	(587)	<b>3.283</b>
<b>Total</b>		<b>3.108</b>	<b>762</b>	<b>(587)</b>	<b>3.283</b>

  

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Aquisições	Amortização	31/12/2018
Direito de uso software	20%	2.866	1.348	(1.106)	<b>3.108</b>
<b>Total</b>		<b>2.866</b>	<b>1.348</b>	<b>(1.106)</b>	<b>3.108</b>

### 14. Débito das operações seguro e resseguro - operações com resseguradoras

	30/06/2019	31/12/2018
Prêmios de resseguro cedido	178.622	124.322
Comissão	(51.829)	(36.404)
Outros	12.375	12.375
<b>Total circulante</b>	<b>139.168</b>	<b>100.293</b>
Prêmios de resseguro cedido	85.586	78.377
Comissão	(33.910)	(30.901)
<b>Total não circulante</b>	<b>51.676</b>	<b>47.476</b>
<b>Total geral</b>	<b>190.844</b>	<b>147.769</b>

### 15. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros direto e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificadas no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	30/06/2019	31/12/2018
<b>Aging de depósitos de terceiros:</b>		
De 1 a 30 dias	6.390	164
De 31 a 60 dias	333	4.080
De 61 a 120 dias	61	219
De 121 a 180 dias	1.466	13
De 181 a 360 dias	294	611
Superior a 360 dias	625	594
<b>Total</b>	<b>9.169</b>	<b>5.681</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 16. Provisão técnica de seguros e resseguros

Ramos	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
<b>Garantia:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	369.314	330.837	(200.786)	(183.460)	168.528	147.377
Sinistro a liquidar - administrativo	85.006	82.406	(69.677)	(68.165)	15.329	14.241
Sinistro a liquidar - judicial	88.606	26.512	(85.799)	(24.096)	2.807	2.416
Sinistros ocorridos e não avisados	12.542	7.596	(10.059)	(5.417)	2.483	2.179
Provisões de despesas relacionadas	13.996	3.474	(13.344)	(2.896)	652	578
<b>Total</b>	<b>569.464</b>	<b>450.825</b>	<b>(379.665)</b>	<b>(284.034)</b>	<b>189.799</b>	<b>166.791</b>
<b>Riscos nomeados e operacionais:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	1.033	2.180	(1.051)	(1.907)	(18)	273
Sinistro a liquidar - administrativo	77.292	127.280	(77.292)	(127.280)	-	-
Sinistros ocorridos e não avisados	99	417	(79)	(336)	20	81
Provisões de despesas relacionadas	1.230	420	(1.229)	(416)	1	4
<b>Total</b>	<b>79.654</b>	<b>130.297</b>	<b>(79.651)</b>	<b>(129.939)</b>	<b>3</b>	<b>358</b>
<b>Compreensivo empresarial:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	403	9	(285)	(5)	118	4
Sinistro a liquidar - administrativo	9	-	(8)	-	1	-
Sinistros ocorridos e não avisados	21	2	(15)	(2)	6	-
Provisões de despesas relacionadas	1	-	(1)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>434</b>	<b>11</b>	<b>(309)</b>	<b>(7)</b>	<b>125</b>	<b>4</b>
<b>Lucros cessantes:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	8.475	3.848	(7.566)	(3.317)	909	531
Sinistro a liquidar - administrativo	5.543	82	(5.433)	(80)	110	2
Sinistros ocorridos e não avisados	3.012	2.197	(2.759)	(1.944)	253	253
Provisões de despesas relacionadas	32	31	(29)	(28)	3	3
<b>Total</b>	<b>17.062</b>	<b>6.158</b>	<b>(15.787)</b>	<b>(5.369)</b>	<b>1.275</b>	<b>789</b>
<b>Fiança locatícia:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	287	176	(188)	(142)	99	34
Sinistros ocorridos e não avisados	64	38	(49)	(30)	15	8
Provisões de despesas relacionadas	-	1	-	(1)	-	-
<b>Total</b>	<b>351</b>	<b>215</b>	<b>(237)</b>	<b>(173)</b>	<b>114</b>	<b>42</b>
<b>Riscos de engenharia:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	15.747	12.150	(14.524)	(10.537)	1.223	1.613
Sinistro a liquidar - administrativo	6.741	1.801	(6.645)	(1.790)	96	11
Sinistro a liquidar - judicial	992	960	(743)	(717)	249	243
Sinistros ocorridos e não avisados	357	254	(334)	(186)	23	68
Provisões de despesas relacionadas	183	28	(174)	(25)	9	3
<b>Total</b>	<b>24.020</b>	<b>15.193</b>	<b>(22.420)</b>	<b>(13.255)</b>	<b>1.600</b>	<b>1.938</b>
<b>DPVAT:</b>						
Sinistros a liquidar - administrativo	1.667	1.813	-	-	1.667	1.813
Sinistro a liquidar - judicial	7.989	7.583	-	-	7.989	7.583
Sinistros ocorridos e não avisados	84.098	77.022	-	-	84.098	77.022
Provisões de despesas relacionadas	1.291	360	-	-	1.291	360
<b>Total</b>	<b>95.045</b>	<b>86.778</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>95.045</b>	<b>86.778</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 16. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Ramos:	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
<b>Riscos de petróleo:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	43.676	130.386	(39.746)	(127.327)	3.930	3.059
Sinistro a liquidar - administrativo	46.417	86.264	(46.295)	(84.289)	122	1.975
Sinistros ocorridos e não avisados	33.508	35.348	(33.427)	(35.259)	81	89
Provisões de despesas relacionadas	2.461	2.215	(2.394)	(2.200)	67	15
<b>Total</b>	<b>126.062</b>	<b>254.213</b>	<b>(121.862)</b>	<b>(249.075)</b>	<b>4.200</b>	<b>5.138</b>
<b>Riscos marítimos - cascos:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	23.454	12.467	(19.599)	(10.037)	3.855	2.430
Sinistro a liquidar - administrativo	6.778	7.171	(6.734)	(7.124)	44	47
Sinistro a liquidar - judicial	713	596	(701)	(587)	12	9
Sinistros ocorridos e não avisados	7.913	5.926	(7.667)	(5.810)	246	116
Provisões de despesas relacionadas	300	192	(295)	(189)	5	3
<b>Total</b>	<b>39.158</b>	<b>26.352</b>	<b>(34.996)</b>	<b>(23.747)</b>	<b>4.162</b>	<b>2.605</b>
<b>Riscos diversos:</b>						
Sinistro a liquidar - administrativo	2	2	(1)	(1)	1	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Responsabilidade civil geral:</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	163	277	(133)	(220)	30	57
Sinistro a liquidar - administrativo	226	76	(221)	(74)	5	2
Sinistros ocorridos e não avisados	7	89	(5)	(65)	2	24
Provisões de despesas relacionadas	4	1	(4)	(1)	-	-
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>443</b>	<b>(363)</b>	<b>(360)</b>	<b>37</b>	<b>83</b>
Total circulante	702.740	719.262	(515.102)	(549.491)	187.638	169.771
Total não circulante	248.913	251.225	(140.189)	(156.469)	108.724	94.756
<b>Total geral</b>	<b>951.653</b>	<b>970.487</b>	<b>(655.291)</b>	<b>(705.960)</b>	<b>296.362</b>	<b>264.527</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 16. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

As movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Desenvolvimento das provisões de prêmios não ganhos	30 de junho de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	492.330	(336.952)	155.378	400.286	(249.143)	151.143
Prêmios emitidos no período	187.041	(125.213)	61.828	422.252	(334.441)	87.811
Prêmio ganho no período	(214.588)	176.556	(38.032)	(332.106)	247.961	(84.145)
Ganho variação cambial	(2.231)	1.731	(500)	1.898	(1.329)	569
<b>Final do período</b>	<b>462.552</b>	<b>(283.878)</b>	<b>178.674</b>	<b>492.330</b>	<b>(336.952)</b>	<b>155.378</b>
<b>Desenvolvimento das provisões de sinistro</b>						
Em 1º de janeiro	391.379	(369.008)	22.371	140.265	(106.780)	33.485
Indenizações avisadas	79.821	(79.260)	561	297.227	(289.245)	7.982
Despesas com sinistro	16.953	(16.517)	436	3.465	(2.852)	613
Recuperação de indenização	406	2.962	3.368	(1.153)	1.859	706
Recuperação de despesa	(12)	-	(12)	(31)	-	(31)
Variação de sinistro ocorrido e não avisado	5.657	(5.345)	312	2.588	(3.407)	(819)
Sinistros pagos no período	(66.521)	62.587	(3.934)	(68.501)	47.989	(20.512)
Despesas relacionadas pagas	(2.362)	2.079	(283)	(4.005)	3.367	(638)
Recuperação de despesa relacionada	12	-	12	31	-	31
Variação cambial	(434)	210	(224)	12.428	(12.399)	29
Atualização monetária	(31.946)	32.016	70	3.867	(2.782)	1.085
Provisão despesa relacionada estimada	1.102	(1.137)	(35)	5.198	(4.758)	440
<b>Final do período</b>	<b>394.055</b>	<b>(371.413)</b>	<b>22.642</b>	<b>391.379</b>	<b>(369.008)</b>	<b>22.371</b>
<b>Movimentação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados</b>						
Em 1º de janeiro	51.867	(49.049)	2.818	49.278	(45.642)	3.636
Movimentação	5.656	(5.345)	311	2.589	(3.407)	(818)
<b>Final do período</b>	<b>57.523</b>	<b>(54.394)</b>	<b>3.129</b>	<b>51.867</b>	<b>(49.049)</b>	<b>2.818</b>
<b>Movimentação da provisão de PDR</b>						
Em 1º de janeiro	6.362	(5.756)	606	1.487	(1.316)	171
Despesas avisadas	2.512	(2.183)	329	3.653	(3.141)	512
Ajuste de despesas	14.456	(14.336)	120	(795)	687	(108)
Variação cambial	3	(3)	0	(45)	44	(1)
Atualização monetária	(3.852)	3.865	13	262	(241)	21
Despesas pagas	(2.374)	2.078	(296)	(3.098)	2.689	(409)
Cancelamento de despesas	(2)	2	0	(300)	280	(20)
Variação PDR Estimada de PSL	1.209	(1.226)	(17)	4.162	(3.761)	401
Variação PDR Estimada de IBNR	(107)	89	(18)	1.036	(997)	39
<b>Final do período</b>	<b>18.207</b>	<b>(17.470)</b>	<b>737</b>	<b>6.362</b>	<b>(5.756)</b>	<b>606</b>
<b>Movimentação da provisão de PSL</b>						
Em 1º de janeiro	333.150	(314.203)	18.947	89.501	(59.822)	29.679
Indenizações avisadas	10.874	(9.059)	1.815	226.081	(217.340)	8.741
Reabertura de reserva	-	-	-	8.573	(6.903)	1.670
Ajustes de reserva	110.524	(108.062)	2.462	107.646	(107.678)	(32)
Redutor por estimativa de ressarcimento	(32.203)	31.686	(517)	(28.752)	25.765	(2.987)
Cancelamento de reserva	(8.967)	6.174	(2.793)	(17.473)	16.912	(561)
Variação cambial	(438)	213	(225)	12.472	(12.443)	29
Atualização monetária	(28.094)	28.151	57	3.604	(2.541)	1.063
Sinistros pagos	(66.521)	62.588	(3.933)	(68.502)	47.989	(20.513)
Recuperação de indenização	-	2.963	2.963	-	1.858	1.858
<b>Final do período</b>	<b>318.325</b>	<b>(299.549)</b>	<b>18.776</b>	<b>333.150</b>	<b>(314.203)</b>	<b>18.947</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 16. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

A conciliação das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT está demonstrada na tabela abaixo:

Conciliação das provisões	30 de junho de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Provisão de sinistros a liquidar	318.325	(299.549)	18.776	333.150	(314.203)	18.947
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	57.523	(54.394)	3.129	51.867	(49.049)	2.818
Provisões de despesas relacionadas	18.207	(17.470)	737	6.362	(5.756)	606
<b>Provisão total de sinistros</b>	<b>394.055</b>	<b>(371.413)</b>	<b>22.642</b>	<b>391.379</b>	<b>(369.008)</b>	<b>22.371</b>
Provisão de prêmios não ganhos	462.552	(283.878)	178.674	492.330	(336.952)	155.378
<b>Total geral</b>	<b>856.607</b>	<b>(655.291)</b>	<b>201.316</b>	<b>883.709</b>	<b>(705.960)</b>	<b>177.749</b>

## 17. Desenvolvimento de sinistro

O desenvolvimento de sinistros apresentado nessa nota demonstra de forma segregada os ramos comercializados internamente pela Companhia e o DPVAT. Essa separação é realizada, pois as informações demonstradas do DPVAT são geradas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	Ao final do ano	01 ano depois	02 anos depois	03 anos depois	04 anos depois	05 anos depois	06 anos depois	07 anos depois
2012	1.051	1.606	1.789	1.774	1.774	1.774	1.774	1.774
2013	20.905	20.702	20.735	20.735	20.735	20.735	20.735	-
2014	712	618	612	612	312	312	-	-
2015	123.881	86.059	88.602	88.601	88.601	-	-	-
2016	4.441	39.251	47.754	10.848	-	-	-	-
2017	89.281	110.838	106.337	-	-	-	-	-
2018	264.616	275.487	-	-	-	-	-	-
2019	19.989	-	-	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Falta acumulada	723	(170)	(400)	(35.280)	6.407	17.056	10.871	-
Falta acumulada (%)	69%	(1%)	(56%)	(28%)	144%	19%	4%	-
<u>Ano de pagamento</u>	Ao final do ano	01 ano depois	02 anos depois	03 anos depois	04 anos depois	05 anos depois	06 anos depois	07 anos depois
2012	411	1.264	1.774	1.774	1.774	1.774	1.774	1.774
2013	8.518	19.699	20.735	20.735	20.735	20.735	20.735	-
2014	30	208	312	312	312	312	-	-
2015	686	80.376	88.590	88.590	88.590	-	-	-
2016	2.083	2.905	2.905	2.905	-	-	-	-
2017	76.050	89.248	92.521	-	-	-	-	-
2018	25.983	85.995	-	-	-	-	-	-
2019	3.236	-	-	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Provisão de sinistros a liquidar	640	12.729	1.700	123.605	8.341	49.888	305.082	<b>228.014</b>
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	1.072	8.009	5.461	10.167	12.732	49.278	51.867	<b>57.523</b>
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	-	-	5.201	<b>6.301</b>
<b>Total de passivo</b>	<b>1.712</b>	<b>20.738</b>	<b>7.161</b>	<b>133.772</b>	<b>21.073</b>	<b>99.166</b>	<b>362.149</b>	<b>291.838</b>

Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil  
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097 - SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800.767.0077  
Ouvidoria Austral Seguradora: 0800 202 2400

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 17. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>	<u>07 anos depois</u>
2012	735	1.125	1.253	1.242	1.242	1.242	1.242	1.242
2013	19.445	19.494	19.518	19.518	19.518	19.518	19.518	-
2014	513	384	378	378	198	198	-	-
2015	123.207	86.806	89.348	89.348	89.348	-	-	-
2016	3.089	37.834	45.726	9.506	-	-	-	-
2017	82.689	104.111	99.679	-	-	-	-	-
2018	259.294	270.781	-	-	-	-	-	-
2019	18.216	-	-	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Falta acumulada	507	72	(315)	(33.859)	6.417	16.991	11.487	-
Falta acumulada (%)	69%	-	(61%)	(27%)	208%	21%	4%	-
<u>Ano de recebimento</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>	<u>07 anos depois</u>
2012	288	885	1.242	1.242	1.242	1.242	1.242	1.242
2013	7.585	18.552	19.518	19.518	19.518	19.518	19.518	-
2014	22	94	198	198	198	198	-	-
2015	249	81.150	89.337	89.337	89.337	-	-	-
2016	907	1.583	1.583	1.583	-	-	-	-
2017	69.658	83.727	85.949	-	-	-	-	-
2018	35.028	95.159	-	-	-	-	-	-
2019	3.197	-	-	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Provisão de sinistros a liquidar	447	12.100	1.443	123.248	8.018	49.473	288.804	<b>212.306</b>
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	646	7.039	4.416	9.240	10.793	45.642	49.049	<b>54.394</b>
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	-	-	4.761	<b>5.895</b>
<b>Total de ativo</b>	<b>1.093</b>	<b>19.139</b>	<b>5.859</b>	<b>132.488</b>	<b>18.811</b>	<b>95.115</b>	<b>342.614</b>	<b>272.595</b>

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>	<u>07 anos depois</u>
2012	-	42	42	31	36	40	49	48
2015	7.125	8.636	11.042	25.495	86.420	-	-	-
2016	-	55	2.482	3.798	-	-	-	-
2017	28.476	29.362	29.366	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Falta acumulada	48	-	-	79.295	3.798	890	-	-
Falta acumulada (%)	4.764%	-	-	1.113%	37.978%	3%	-	-
<u>Ano de pagamento</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>	<u>07 anos depois</u>
2017	-	29.320	29.320	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Provisão de sinistros a liquidar	-	42	42	7.156	8.672	39.614	28.069	<b>90.311</b>
Provisão de despesas relacionadas	-	-	5	3	1.155	1.486	1.161	<b>11.906</b>
<b>Total de passivo</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>47</b>	<b>7.159</b>	<b>9.827</b>	<b>41.100</b>	<b>29.230</b>	<b>102.217</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 17. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>	<u>07 anos depois</u>
2012	-	29	29	21	25	27	34	33
2015	5.625	7.136	9.419	23.570	84.534	-	-	-
2016	-	55	1.771	2.651	-	-	-	-
2017	25.406	25.333	25.335	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Falta acumulada	33	-	-	78.909	2.651	(71)	-	-
Falta acumulada (%)	3.265%	-	-	1.403%	26.510%	-	-	-
<u>Ano de recebimento</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>	<u>07 anos depois</u>
2017	24.559	25.309	25.309	-	-	-	-	-
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Provisão de sinistros a liquidar	-	29	29	5.646	7.161	10.348	25.399	<b>87.243</b>
Provisão de despesas relacionadas	-	-	4	2	1.004	1.317	996	<b>11.575</b>
<b>Total de ativo</b>	<b>-</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>5.648</b>	<b>8.165</b>	<b>11.665</b>	<b>26.395</b>	<b>98.818</b>

A seguir seguem os valores referentes às indenizações avisadas, despesas com sinistros e provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT abertos por tipo de sinistro administrativo e judicial, sendo esses valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Evolução de sinistros administrativos:		
Até 01 ano	1.667	1.813
<b>Provisão de sinistro a liquidar administrativo</b>	<b>1.667</b>	<b>1.813</b>
Evolução de sinistros judiciais:		
Até 01 ano	3.760	2.340
De 01 a 02 anos	1.598	1.948
De 02 a 03 anos	949	1.145
De 03 a 04 anos	626	796
De 04 a 05 anos	387	505
Superior a 05 anos	669	849
<b>Provisão de sinistro a liquidar judicial</b>	<b>7.989</b>	<b>7.583</b>
<b>Total provisão de sinistro a liquidar</b>	<b>9.656</b>	<b>9.396</b>
<b>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</b>	<b>84.098</b>	<b>77.022</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho 2019, o capital social subscrito e integralizado é representado por 60.063.361 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.984, com emissão de 2.624.348 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,28. Assim, o capital social de R\$63.837 aumentou para R\$69.821, e o número de ações de 53.941.999 para 56.566.347 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 786, de 29 de janeiro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2019, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das reservas de lucros, no montante de R\$9.406, com emissão de 3.471.205 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,71. Assim, o capital social de R\$69.821 aumentou para R\$79.227, e o número de ações de 56.566.347 para 60.063.361 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/CGERAL nº 158, de 21 de junho de 2019.

### b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

### c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, com a aprovação unânime dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 31 de março de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos intermediários no valor total de R\$1.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 18. Patrimônio líquido--Continuação

### d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio líquido	167.153	152.231
Despesas antecipadas	(11)	(76)
Intangível	(3.283)	(3.108)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	3.232	2.580
<b>Patrimônio líquido ajustado – PLA</b>	<b>167.091</b>	<b>151.627</b>
<b>Capital base - CB (a)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
Capital adicional de risco de subscrição (CRsubs)	15.062	12.707
Capital adicional de risco operacional (CROper)	3.902	3.979
Capital adicional de risco de crédito (CRcred)	19.655	18.980
Capital adicional de risco de mercado (CRMerc)	8.214	6.649
Benefício da diversificação	(9.475)	(8.129)
<b>Capital de risco - CR (b)</b>	<b>37.358</b>	<b>34.186</b>
<b>Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)</b>	<b>37.358</b>	<b>34.186</b>
Patrimônio líquido ajustado	167.091	151.627
(-) Exigência de capital - EC	37.358	34.186
<b>Suficiência de capital - R\$</b>	<b>129.733</b>	<b>117.441</b>
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	447%	443%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2019 e 2018, estão reconciliados, como se segue:

	30/06/2019		30/06/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	25.836	25.836	19.859	19.859
Participações estatutárias no lucro	(752)	(752)	(2.751)	(2.751)
<b>Base de cálculo</b>	<b>25.084</b>	<b>25.084</b>	<b>17.108</b>	<b>17.108</b>
<b>Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes</b>	<b>(6.271)</b>	<b>(3.763)</b>	<b>(4.277)</b>	<b>(3.422)</b>
Outras (adições) / exclusões permanentes	5	(4)	2	(8)
Variação cambial	443	266	249	199
Ajuste a valor de mercado	813	488	707	566
Outras provisões	380	426	151	121
<b>(Adições) / exclusões temporárias no cálculo da tributação</b>	<b>1.636</b>	<b>1.180</b>	<b>1.107</b>	<b>886</b>
Deduções fiscais	31	-	29	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.599)</b>	<b>(2.587)</b>	<b>(3.139)</b>	<b>(2.544)</b>
(Despesa) / receita de tributos diferidos	(1.641)	(1.174)	(1.052)	(780)
<b>Total despesa</b>	<b>(6.240)</b>	<b>(3.761)</b>	<b>(4.191)</b>	<b>(3.324)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24,88%</b>	<b>14,99%</b>	<b>24,50%</b>	<b>19,43%</b>

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

## 20. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, e a emissão de apólices de seguros e contratos de resseguros, cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e resultado com resseguro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía passivo de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte, a pagar aos acionistas de R\$7.820, que foi pago no primeiro semestre de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 20. Transações com partes relacionadas--Continuação

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Inbrands S.A. [a]	29	32	-	-	-	-
BK Brasil Operação e Assessoria Restaurante S.A. [a]	16	18	55	-	25	41
Unidas S.A. (Ligada) [a]	4	2	-	-	2	-
Unidas Locadora de Veículos Ltda.[a]	1	2	284	284	4	-
CHL CVI Incorporações Ltda. [a]	-	1.500	239	238	(1)	-
GDP 1 Incorporações Ltda. [a]	-	-	194	-	-	-
Gold Los Angeles Emp. Imobiliários SPE Ltda. [a]	-	43	-	194	-	-
Braquiara Empreendimentos Ltda. [b]	-	-	40	40	(238)	(229)
Vinci Gestora de Recursos Ltda. [c]	-	-	50	251	(281)	(193)
Austral Participações S.A. [d]	-	-	-	7.820	-	-
Austral Resseguradora S.A.[e]	146.892	91.010	32.819	28.746	52.094	(35.872)
Administradores [f]	-	-	-	-	(1.386)	(706)
<b>Total</b>	<b>146.942</b>	<b>92.607</b>	<b>33.681</b>	<b>37.573</b>	<b>50.219</b>	<b>(36.959)</b>

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

[a] São operações que envolvem a emissão de apólices de seguros

[b] São operações que envolvem pagamento de aluguel de imóvel

[c] São operações que envolvem pagamento de taxa de administração de carteira de investimento

[d] São operações que envolvem pagamento de juros sobre capital próprio

[e] São operações que envolvem contratos de resseguro

[f] São operações que envolvem remuneração dos diretores estatutários

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2019 e 2018 são:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Garantia	69.249	66.466	163,41	107,39	17,04	16,47
Fiança locatícia	188	348	13,10	12,01	21,77	21,67
Riscos de engenharia	5.004	5.556	106,21	55,33	5,86	16,66
Riscos de petróleo	119.230	53.337	(25,69)	165,25	0,79	1,13
Marítimos - casco	14.534	6.111	46,20	215,62	8,24	11,90
Riscos diversos	-	1	-	(1.444,24)	-	27,77
Responsabilidade civil geral	117	277	75,44	153,26	14,80	19,16
Riscos nomeados e operacionais	1.170	2.824	74,76	(16,77)	13,42	11,60
Compreensivo empresarial	361	42	8,06	4,70	19,23	2,16
Lucros cessantes	4.736	1.188	174,48	105,93	7,26	7,03
DPVAT	6.139	13.771	84,18	84,92	0,02	1,26
<b>Total de prêmios ganhos</b>	<b>220.728</b>	<b>149.921</b>				

(a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 21. Ramos de atuação--Continuação

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Garantia	94.435	83.664	(49.580)	(43.311)	44.855	40.352	47,50	48,23	52,50	51,77
Fiança locatícia	296	293	(164)	(145)	132	148	44,07	50,51	55,93	49,49
Responsabilidade civil geral	9	46	(5)	(30)	4	16	44,44	34,78	55,56	65,22
Riscos de engenharia	348	757	(489)	(504)	(141)	253	(40,92)	33,42	140,92	66,58
Riscos de petróleo	34.353	44.395	(30.337)	(41.845)	4.016	2.550	11,69	5,74	88,31	94,26
Lucros cessantes	9.281	6.040	(8.285)	(5.093)	996	947	10,73	15,68	89,27	84,32
Riscos nomeados operacionais	-	733	(424)	(525)	(424)	208	-	28,38	-	71,62
Compreensivo empresarial	753	30	(528)	(17)	225	13	29,88	43,33	70,12	56,67
Marítimos - casco	26.337	19.192	(21.919)	(16.241)	4.418	2.951	16,77	15,38	83,23	84,62
DPVAT	7.153	14.435	-	-	7.153	14.435	100,00	100,00	-	-
<b>Total</b>	<b>172.965</b>	<b>169.585</b>	<b>(111.731)</b>	<b>(107.711)</b>	<b>61.234</b>	<b>61.873</b>	<b>35,40</b>	<b>36,49</b>	<b>64,60</b>	<b>63,51</b>

Ramos	Prêmio emitido cosseguro aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Garantia	12.017	7.815	(5.585)	(3.985)	6.432	3.830	53,52	49,01	46,48	50,99
Riscos de engenharia	8.478	7	(8.049)	(3)	429	4	5,06	57,14	94,94	42,86
Riscos de petróleo	126	35	(59)	(17)	67	18	53,17	51,43	46,83	48,57
Lucros cessantes	54	168	(45)	(140)	9	28	16,67	16,67	83,33	83,33
Riscos nomeados operacionais	1.120	3.038	(905)	(2.363)	215	675	19,20	22,22	80,80	77,78
Marítimos - casco	1.222	389	(936)	(279)	286	110	23,40	28,28	76,60	71,72
<b>Total</b>	<b>23.017</b>	<b>11.452</b>	<b>(15.579)</b>	<b>(6.787)</b>	<b>7.438</b>	<b>4.665</b>	<b>32,32</b>	<b>40,74</b>	<b>67,68</b>	<b>59,26</b>

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro de RVNE		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Garantia	1.759	(1.010)	(835)	318	924	(692)	52,53	68,51	47,47	31,49
Fiança locatícia	3	(3)	(1)	1	2	(2)	66,67	66,67	33,33	33,33
Responsabilidade civil geral	(6)	144	4	(75)	(2)	69	33,33	47,92	66,67	52,08
Riscos de engenharia	(224)	(136)	163	137	(61)	1	27,23	(0,74)	72,77	100,74
Riscos de petróleo	(873)	(21.020)	1.104	20.924	231	(96)	(26,46)	0,46	126,46	99,54
Lucros cessantes	197	2.291	(159)	(1.980)	38	311	19,29	13,57	80,71	86,43
Riscos nomeados operacionais	(1.097)	142	854	(115)	(243)	27	22,15	19,01	77,85	80,99
Compreensivo empresarial	2	115	(1)	(74)	1	41	50,00	35,65	50,00	64,35
Marítimos - casco	(1.549)	1.869	968	(1.833)	(581)	36	37,51	1,93	62,49	98,07
<b>Total</b>	<b>(1.788)</b>	<b>(17.608)</b>	<b>2.097</b>	<b>17.303</b>	<b>309</b>	<b>(305)</b>	<b>(17,28)</b>	<b>1,73</b>	<b>117,28</b>	<b>98,27</b>
<b>Total geral</b>	<b>194.194</b>	<b>163.429</b>	<b>(125.213)</b>	<b>(97.195)</b>	<b>68.981</b>	<b>66.233</b>	<b>35,52</b>	<b>40,53</b>	<b>64,48</b>	<b>59,47</b>

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	30/06/2019	30/06/2018
Resseguradora local	(61.528)	(52.956)
Resseguradora admitida	(56.630)	(38.737)
Resseguradora eventual	(7.055)	(5.499)
<b>Total</b>	<b>(125.213)</b>	<b>(97.192)</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 22. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Companhia.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 22. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 22. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 22. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Totalidade de opções canceladas até 30 de junho de 2019	(268.964)
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 30 de junho de 2019	8.413.753
Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2019	8.413.753

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 22. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 8.413.753 opções em aberto representam uma diluição de até 3,34% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2019 no montante de R\$2.020 (R\$2.020 em 31 de dezembro de 2018).

## 23. Detalhamento de contas de resultado

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
a) <u>Prêmios</u>		
Prêmios emitidos direto	166.906	180.891
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	23.017	11.452
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(1.095)	(25.741)
Prêmio emitido DPVAT	7.153	14.435
Prêmio riscos vigentes não emitidos	(1.787)	(17.608)
Variação das provisões técnicas	26.534	(13.508)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>220.728</b>	<b>149.921</b>
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações diretas	(79.821)	(164.636)
Indenizações DPVAT	(6.718)	(7.253)
Despesas diretas	(18.067)	(2.566)
Despesas DPVAT	(2.281)	(2.742)
Recuperação de sinistro	(394)	1.538
Salvados e ressarcimentos	101	1.500
Sinistros ocorridos e não avisados direto	(5.658)	(12.829)
Sinistros ocorridos e não avisados DPVAT	3.832	(1.716)
<b>Total</b>	<b>(109.006)</b>	<b>(188.704)</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 23. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
c) <u>Custo de aquisição</u>		
Comissões sobre prêmios emitidos	(25.687)	(25.157)
Recuperação de comissão de cosseguro	670	4.896
Varição despesa de comercialização diferida	10.151	6.345
<b>Total</b>	<b>(14.866)</b>	<b>(13.916)</b>
d) <u>Resultado com resseguro</u>		
Recuperação de indenização	79.260	155.365
Recuperação de despesas com indenização	17.654	3.601
Recuperação sinistros ocorridos e não avisados	5.345	12.394
Receitas com participação no lucro	-	114
Prêmio cedido em resseguro	(125.213)	(97.192)
Repasse de salvados e ressarcimento	(99)	(1.500)
Provisão de prêmio não ganho	(51.343)	2.054
<b>Total</b>	<b>(74.396)</b>	<b>74.836</b>
e) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
<b>Outras receitas</b>		
Recuperação receitas resseguro	8	629
Recuperação custo bilhete DPVAT	52	73
<b>Outras despesas</b>		
Tarifa bancária	(25)	(38)
Tarifa bancária DPVAT	(883)	(1.368)
Inspeção de risco	(29)	(69)
Provisão recebimento de prêmios duvidosos	(183)	(67)
Outras despesas DPVAT	(144)	(268)
Despesas com emissão de apólice	(53)	-
<b>Total</b>	<b>(1.257)</b>	<b>(1.108)</b>
f) <u>Despesas administrativas</u>		
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(5.368)	(4.623)
Despesas com localização e funcionamento	(1.615)	(1.733)
Despesas com serviços de terceiro	(764)	(771)
Despesas com depreciação e amortização	(778)	(711)
Despesa administrativa DPVAT	(1.662)	(1.453)
Outras	(159)	(209)
<b>Total</b>	<b>(10.346)</b>	<b>(9.500)</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 23. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
g) <u>Despesa com tributos</u>		
Despesas com COFINS	(2.849)	(2.310)
Despesas com PIS	(499)	(375)
Taxa de fiscalização	(200)	(300)
Outras	(177)	(283)
<b>Total</b>	<b>(3.725)</b>	<b>(3.268)</b>
h) <u>Resultado financeiro</u>		
<b>Receitas</b>		
Títulos para negociação DPVAT	3.136	2.449
Títulos para negociação	11.663	7.031
Títulos disponíveis para venda	9.514	4.901
Com operações de seguros	(17.111)	34.325
Valorização cambial do disponível	844	2.055
Outras receitas	108	119
<b>Despesas</b>		
Títulos para negociação DPVAT	(3.136)	(2.449)
Títulos para negociação	(1.498)	(1.556)
Títulos disponíveis para venda	(3.049)	(767)
Com operações de seguros	17.399	(35.738)
Encargos com obrigações	(24)	(5)
Desvalorização cambial do disponível	(722)	(372)
Outras despesas	(205)	(12)
<b>Total</b>	<b>16.919</b>	<b>9.981</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 24. Responsáveis

**Conselheiros:**

Alessandro Monteiro Morgado Horta  
Bruno Augusto Sacchi Zaremba  
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

**Diretor-presidente:**

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

**Diretoria:**

Ricardo Villela Abreu dos Santos  
Rodrigo Ferreira de Campos  
Claudia Novello Ribeiro

**Gerente de contabilidade:**

Arthur Teixeira Rodrigues  
CRC RJ 078.781/O-0

**Atuária:**

Claudia Novello Ribeiro  
MIBA nº 2.029

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da  
Austral Participações S.A. e da Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Seguradora S.A. (Austral Seguradora ou Companhia), funciona em conformidade com o seu estatuto social e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras da Austral Seguradora, (ii) a eficácia do sistema de controles internos da Austral Seguradora; e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente da Austral Seguradora, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) reuniões com a Alta Administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria--Continuação**

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria--Continuação**

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A., correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes S.S., estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019.

Paulo Pereira Ferreira  
Presidente

Leonardo de Assis Portugal  
Membro

Paulo Roberto Batista Machado  
Membro